

## **C O M P R O V A N T E   D E   R E C E B I M E N T O**

Recebemos da CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, cópia do Edital de **Pregão Eletrônico nº 031/08** para a aquisição de itens de Almoarifado para a CVM.

**EMPRESA** \_\_\_\_\_

**CNPJ** \_\_\_\_\_

**NOME DO RESPONSÁVEL** \_\_\_\_\_

**ENDEREÇO** \_\_\_\_\_

**TELEFONE** \_\_\_\_\_

**FAX** \_\_\_\_\_

**E-MAIL** \_\_\_\_\_

**NOME** \_\_\_\_\_

**ASSINATURA** \_\_\_\_\_

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008.

***OBS.: Os campos acima devem ser preenchidos em letra de forma. É indispensável o preenchimento do CNPJ.***

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2008

### PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2008-10035

**OBJETO:** Aquisição de Itens de Almojarifado.

**ÁREA RESPONSÁVEL:** Superintendência Administrativa - Financeira (SAD)/  
Gerência de Compras e de Serviços Gerais (GAG).

**TIPO DE LICITAÇÃO:** MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM

**HORÁRIO:** (de Brasília)

- Encaminhamento da proposta de preços e anexos: até às 11:00 horas do dia 11/11/2008.
- Abertura da sessão: a partir das 11:00 horas do dia 11/11/2008.

**LOCAL:** <http://www.comprasnet.gov.br>

**REGULAMENTAÇÃO BÁSICA:** Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e suas alterações posteriores; Decreto nº 3555, de 08/08/2000, Decreto nº 5.450 de 31.05.2005; Instrução Normativa nº 05 do MARE, de 21.07.95, e suas alterações posteriores; Decreto nº 3.722, de 09.01.2001; Lei Complementar nº 123/06, de 14.12.06, Decreto nº 6.204/07, de 05.09.07 e Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores (subsidiariamente).

### EDITAL

O Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria CVM/PTE/nº 144, de 04/12/07, realizarão, no dia, horário e local acima indicados, o **Pregão Eletrônico nº - 031/08**, em obediência aos termos dos dispositivos legais e às condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, disposto a seguir:

- a) ANEXO I – Termo de Referência do Pregão nº 031/08;
- b) ANEXO II - Declaração consoante o inciso XXXIII, art.7º da Constituição Federal/1988 e o inciso XVIII do art 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### 1. DO OBJETO

- 1.1- A presente licitação tem por objeto a aquisição de itens de almojarifado para a sede da CVM no Rio de Janeiro e a Regional

da CVM, em São Paulo, conforme o disposto no Termo de Referência (ANEXO I).

- 1.2- As quantidades e as especificações dos materiais, bem como outros aspectos relevantes relativos aos materiais a serem adquiridos, constam do Termo de Referência (ANEXO I).

**Atenção:** **Os materiais cotados deverão obedecer rigorosamente às exigências constantes do ANEXO I e demais itens deste Edital.**

## 2. DA PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão participar do certame as pessoas jurídicas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado; devidamente identificadas pela sua chave de identificação e da senha de acesso privativa, conforme normas do provedor do sistema eletrônico.
- 2.2. Para participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital (Art. 21, § 2º, do Decreto nº 5.450/05).
- 2.3. Estarão impedidas de participar da presente licitação:
  - a - As licitantes cuja falência ou insolvência civil tenha sido decretada judicialmente ou que estejam em gozo de benefício da concordata ou que tenham requerido recuperação judicial, ainda não encerrada, nos termos do art. 63 da Lei nº 11.101, de 9.2.2005;
  - b - As licitantes que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão ou entidade das Administrações Públicas Federal, Estadual ou Municipal;
  - c - As licitantes que tenham prestado informações inverídicas em sua documentação para habilitação ou em sua proposta de preços;
  - d - As empresas constituídas em forma de consórcio;
  - e - As licitantes da qual seja sócio, cooperado, dirigente ou responsável técnico, servidor da CVM;
  - f - As licitantes que estejam cumprindo a sanção de suspensão do direito de licitar.
- 2.4. O C.N.P.J. apresentado pela licitante para sua habilitação será, **obrigatoriamente**, o mesmo a receber a Nota de Empenho e da assinatura do Contrato, a emitir a Nota Fiscal/Fatura correspondentes à aquisição, bem como alvo da liquidação da despesa.
- 2.5. A licitante ficará obrigada a manter válidos todos os documentos relativos à regularidade de Cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF **durante todo o procedimento licitatório, bem como durante o período da execução dos compromissos assumidos** (art. 55, inc. XIII da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).

- 2.6. Qualquer pessoa, seja ela jurídica ou física, poderá acompanhar o desenvolvimento do pregão eletrônico, em tempo real, por meio do sítio <http://www.comprasnet.com.br>.

### **3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**

- 3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (Art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450/05), no sítio <http://www.comprasnet.com.br>.
- 3.2. O credenciamento da licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação (Art. 3º, § 2º do Decreto nº 5.450/05).
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico (Art. 3º, § 6º, do Decreto nº 5.450/05).
- 3.4. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, entidade promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (Art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).

### **4. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

- 4.1. A licitante deverá encaminhar sua proposta, após a divulgação do edital no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), com a descrição do objeto ofertado e o preço, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando então encerrar-se-á automaticamente, a fase de recebimento de propostas (Art. 21º, do Decreto nº 5.450/05);
- 4.2. O encaminhamento da proposta dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante (Art. 21º, § 1º, do Decreto nº 5.450/05).
- 4.3. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada;
- 4.4. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances (Art. 13, inciso III, do Decreto nº 5.450/05).
- 4.5. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (Art. 13º, inciso V, Decreto nº 5.450).

4.6. As licitantes vencedoras deverão apresentar, até o 2º dia útil subsequente ao da sessão pública do presente Pregão Eletrônico, suas respectivas propostas de preços por escrito, que deverão:

- I- Ser datilografadas/impresas em papel timbrado ou com aposição do carimbo padronizado do CNPJ da empresa, não conter emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, ter suas páginas numeradas e ser emitidas em linguagem clara e objetiva, que não dificulte a exata compreensão do seu enunciado, além de conter o endereço completo, número de telefone e FAX, e-mail e nome completo de quem tem poderes para assinar o Contrato.
- II- Conter a data de emissão, bem como ser assinada na última folha e rubricada nas demais.
- III- Conter as especificações detalhadas do objeto ofertado, tais como:
  - a) Marca e características técnicas;
  - b) Prazo para a entrega dos materiais, conforme especificado no **ANEXO I**.
- IV- Conter o prazo de validade dos preços (mínimo de 60 dias corridos), a contar da data do encaminhamento, via sistema, da proposta (Art. 11, inciso XXIV, do Decreto nº 3.555/00 c/c Art. 27, § 4º do Decreto nº 5.450/05).
- V- Conter o **último preço oferecido** (unitário e global por item) relativo ao item do objeto licitado, incluindo todas as despesas legais ou adicionais, previstas neste Edital e seus Anexos, em reais (em algarismo e por extenso).
- VI- Conter o nome do banco com o qual a licitante opera, o número e nome da agência e respectiva conta-corrente. A fim de agilizar o pagamento, é conveniente a indicação de uma das agências do Banco do Brasil S.A.

4.7. Não serão consideradas propostas com alternativas, devendo as licitantes se limitarem às especificações deste Edital.

4.8. Os valores estimados para a aquisição constam do Termo de Referência (ANEXO I).

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A partir da data e horário previsto no edital, terá início a sessão pública do presente Pregão, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas (art. 22, § 4º, do Decreto nº 5.450/05).

- 5.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital (Art. 22, §2º, do Decreto nº 5.450/05);
- 5.3. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances (**VALOR GLOBAL POR ITEM**) exclusivamente por meio de sistema eletrônico;
- 5.4. No que se refere aos lances, as licitantes serão imediatamente informadas do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor (Art. 24, § 1º, do Decreto nº 5.450/05).
- 5.5. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras estabelecidas no edital (Art. 24, § 2º, do Decreto nº 5.450/05).
- 5.6. As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por elas ofertados e registrados pelo sistema (Art. 24, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).
- 5.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar (Art. 24, § 4º, do Decreto nº 5.450/05).
- 5.8. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação da detentora do lance (Art. 24, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).
- 5.9. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados (Art. 24, § 10º, do Decreto nº 5.450/05).
- 5.10. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação aos participantes, no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) (Art. 24, § 11, do Decreto nº 5.450/05).
- 5.11. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro (Art. 24, § 6º, do Decreto 5.450/05).
- 5.12. O sistema emitirá aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances (Art. 24, § 7º, do Decreto 5.450/05).

- 5.13. Após o fechamento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado lance de menor valor, para que seja obtida proposta melhor, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital (Art. 24, § 8º, do Decreto nº 5.450/05).

## 6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 6.1- Encerrada a etapa de lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital (Art. 25, caput, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.2- Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito (art. 4º, inciso XI da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).
- 6.3- Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM**, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital (art. 4º, X da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).
- 6.4- Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame (art. 4º, XVI da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 c/c art. 25, § 5º do Decreto nº 5.450/05).
- 6.5- A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, imediatamente após o encerramento da sessão pública (Art. 30, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).

## 7. DA HABILITAÇÃO

- 7.1- Sendo aceitável a proposta de menor preço global por item, a respectiva licitante deverá comprovar, desde logo, que cumpre todas as exigências de habilitação exigidas neste Edital, podendo tal comprovação dar-se mediante encaminhamento da documentação através do **Fax (21) 3554-8475, com o posterior envio dos originais ou cópias autenticadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas** (Art. 25, §§ 2º e 3º, do Decreto nº 5.450/05).
- 7.2- As licitantes deverão cumprir as seguintes exigências de habilitação:

- I. Possuir registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF. A regularidade da documentação é verificada automaticamente no sistema. No caso da impossibilidade de consulta ao SICAF, e/ou aos sítios oficiais da Fazenda Nacional, Sistema de Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; o pregoeiro poderá solicitar o envio, através do **Fax (21) 3554-8475**, de documentos que comprovem a regularidade fiscal.
  - II. No caso do item necessitar de amostra, a mesma deverá ser entregue no Endereço especificado para cada local no Termo de Referência (**Anexo I**), no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.
  - III. Apresentar declaração de que a licitante cumpre o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição da República Federativa do Brasil, conforme modelo (**ANEXO II**) fornecido pela CVM (Art. 13, inciso V, do Decreto nº 3.555/00 c/c art. 14, inciso VI, do Decreto nº 5.450/05). Tal declaração poderá ser enviada através do **Fax (21) 3554-8475** com posterior envio do original ou cópia autenticada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
- 7.3- Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame (Art. 25, § 9º do Decreto nº 5.450/05).
  - 7.4- A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação pertinente (Art. 21, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).

## **8. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

- 8.1- Até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura do pregão, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, através do endereço [pregoeiro@cvm.gov.br](mailto:pregoeiro@cvm.gov.br) (Art. 19 do Decreto nº 5.450/05).
- 8.2- Até dois dias úteis anteriores à data fixada para abertura do pregão, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica (Art. 18, caput, do Decreto nº 5.450/05). A impugnação deverá ser encaminhada via internet, nos endereços eletrônicos [www.pregoeiro@cvm.gov.br](mailto:www.pregoeiro@cvm.gov.br) e [jcsantos@cvm.gov.br](mailto:jcsantos@cvm.gov.br).
- 8.3- Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas (Art. 18, § 1º do Decreto nº 5.450/05).
- 8.4- Acolhida a petição contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame (Art. 18, § 2º do Decreto nº 5.450/05).



## 9. DO RECURSO

- 9.1- A manifestação de interpor recurso assim como a motivação, por item, será feita após a declaração do vencedor, durante a sessão pública, exclusivamente pelo sistema.
  - 9.1.1- As razões recursais deverão ser feitas exclusivamente pelo sistema em até 3 (três) dias úteis (art. 26, caput, do Decreto nº 5.450/05).
  - 9.1.2- A falta de manifestação imediata da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor (Art. 26, § 1º, do Decreto nº 5.450/05).
- 9.2- As demais licitantes poderão apresentar contra-razões recursais na mesma forma do subitem 9.1.1 acima, em até 3 (três) dias úteis, contados a partir do término do prazo da recorrente (Art. 26, caput, do Decreto nº 5.450/05).
- 9.3- O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento (Art. 4º, XIX da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, c/c Art. 26, § 2º do Decreto nº 5.450/05).
- 9.4- Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação (Art. 4º, XXI da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e Art. 27 do Decreto nº 5.450/05).
- 9.5- É assegurada às licitantes vista imediata aos autos do processo do presente Pregão Eletrônico, tendo em vista subsidiar a preparação das razões e contra-razões recursais.
- 9.6- Não serão conhecidos os recursos cujas razões/contra-razões recursais sejam enviadas fora do respectivo prazo legal, bem como as encaminhadas por outros meios que não sejam o sistema eletrônico.

## 10. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 10.1- O objeto do presente Edital será entregue pela ADJUDICATÁRIA à CVM, consoante o **ANEXO I**, em até 10 (dez) dias corridos após a data de recebimento/retirada da Nota de Empenho correspondente.
- 10.2- Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, mediante recibo, o objeto da presente licitação será recebido, observado o disposto no Termo de Referência (**ANEXO I**).
  - 10.2-1. Provisoriamente, imediatamente após ser efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação constante do Edital e seus anexos.

- 10.2-2. Definitivamente, em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.
- 10.3- Após o recebimento da Nota de Empenho, a fiscalização da execução do mesmo será efetuada pelo servidor a que se refere o **subitem 16.1**. O fornecimento executado em desacordo com o estipulado neste instrumento convocatório e na proposta da ADJUDICATÁRIA será rejeitada parcialmente ou totalmente, conforme o caso, mediante informação por escrito do FISCAL à Gerência de Compras e Serviços Gerais da CVM.

## 11. DO PAGAMENTO

- 11.1- O pagamento será efetuado em um prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo dos objetos, atestado pelos respectivos FISCAIS, formalmente por escrito, com a apresentação da respectiva fatura, mediante depósito na conta-corrente da ADJUDICATÁRIA devendo os Títulos permanecerem em carteira, não sendo admitido pela CVM, caução ou cobrança bancária, situação em que a ADJUDICATÁRIA ficará sujeita às sanções, a juízo da CVM, previstas neste Edital.
- 11.2- Nenhum pagamento será efetuado à ADJUDICATÁRIA antes de paga ou compensada a multa que, porventura, lhe houver sido imposta (art. 86, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02).
- 11.3- A fatura não apresentada corretamente será devolvida à ADJUDICATÁRIA para acerto. Nesta situação, o prazo estabelecido no **subitem 11.1** acima passará a ser contado da data de recebimento da fatura devidamente regularizada.
- 11.4- O pagamento estará condicionado à situação do fornecedor no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do subitem 8.8 da I.N. MARE Nº 05/95.
- 11.5- Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM=I x N x VP**, onde:

EM = Encargos Moratórios;  
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;  
VP = Valor da parcela em atraso;  
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

## **12. DA DESTINAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 12.1- As despesas correrão à conta da Natureza de Despesa 339030 – Programa de Trabalho 04.122.0778.2272.0001.

## **13. DA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO**

- 13.1- Fica dispensado o Termo de Contrato, em conformidade com o § 4º do art. 62 da Lei nº 8.666/93, passando a ter força de contrato:
- a) A proposta da licitante vencedora e seus respectivos anexos;
  - b) O presente Edital e seus anexos;
  - c) A Nota de Empenho correspondente.
- 13.2- A ADJUDICATÁRIA deverá retirar/retirar a Nota de Empenho em até 3(três) dias úteis, a contar da data do recebimento do respectivo aviso. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado aceito pela CVM (Art. 64, *caput* e § 1º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).
- 13.3- Decorridos 60 (sessenta) dias da abertura das propostas, sem convocação para a retirada da respectiva nota de empenho, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos (Art. 64, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).

## **14. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA**

- 14.1- A ADJUDICATÁRIA se obriga a:
- a) Executar todas as obrigações relativas ao ajuste, assumindo inteira responsabilidade pela sua execução.
  - b) Entregar o material no prazo estabelecido;
  - c) Não transferir a terceiros as obrigações assumidas, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, sem prévio consentimento por escrito da CVM;
  - d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas (sem quaisquer ônus para a CVM), no total ou em parte, o objeto do ajuste em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (art.69 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02);
  - e) Guardar sigilo absoluto sobre as informações que vier a ter conhecimento por força do ajuste;
  - f) Solicitar os esclarecimentos necessários para o regular cumprimento dos termos acordados à Gerência de Compras e de Serviços Gerais (GAG);
  - g) Manter, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Assim, sempre que expirar a validade, a ADJUDICATÁRIA ficará obrigada a renovar todos os documentos relativos à regularidade no

SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02).

## 15. DAS OBRIGAÇÕES DA CVM

15.1- A CVM se obriga a proporcionar todas as condições para que a ADJUDICATÁRIA possa cumprir suas obrigações dentro das normas deste Edital.

## 16. DA FISCALIZAÇÃO

16.1- A fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais será exercida:

16.1.1- Na Regional de São Paulo pelo servidor, **Marcos Massaiti Kitamura**, denominado doravante FISCAL, sendo a servidora **Elis Regina Rabelo e Silva Sousa** designada FISCAL SUBSTITUTO, em caso de afastamento do FISCAL, devidamente credenciados pela Superintendência Administrativo-Financeira da CVM, a qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do contrato, e de tudo dará ciência à CVM, formalmente, conforme art.67, parágrafos 1º e 2º da Lei nº 8.666/93.

16.1.1- Na Sede da CVM, no Rio de Janeiro, pelo servidor, **José Carlos Barroso**, denominada doravante FISCAL, sendo o servidor **Júlio Cezar Alves Pimenta** designado FISCAL SUBSTITUTO, em caso de afastamento do FISCAL, devidamente credenciados pela Superintendência Administrativo-Financeira da CVM, a qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do contrato, e de tudo dará ciência à CVM, formalmente, conforme art.67, parágrafos 1º e 2º da Lei nº 8.666/93.

16.2- A ADJUDICATÁRIA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução das obrigações assumidas, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento por parte da CVM (art. 70 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02).

16.3- A CVM se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento prestado em desacordo com o acordado (art. 76 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02).

## 17. DAS PENALIDADES

- 17.1- Na hipótese da licitante vencedora desistir expressamente desta licitação, ou se recusar a receber/retirar a Nota de Empenho correspondente, no prazo previsto neste Edital, estará sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da sua proposta (art. 64 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02).
- 17.2- Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas a CVM poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ADJUDICATÁRIA as seguintes sanções, sem prejuízo do disposto no inciso IV, do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:
- a) advertência;
  - b) multa de até 20% (vinte por cento) do valor da proposta;
  - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a União, Estado, DF e Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos (Art. 7º, da Lei 10.520/02, Art. 28, *caput*, do Decreto 5.450/05).
- 17.2.1. As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” deste item poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5(cinco) dias úteis.
- 17.3- O não cumprimento dos prazos estabelecidos no Edital acarretará à ADJUDICATÁRIA, independentemente das sanções previstas no **subitem 17.2**, multa diária de 0,5%(meio por cento) do valor da proposta (art. 86 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02).
- 17.4- Em caso de inadimplência quanto ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas pela CVM, a ADJUDICATÁRIA fica desde já ciente que estará sujeita à sua inclusão no Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal (CADIN), consoante legislação específica sobre a matéria, consoante legislação específica sobre a matéria, sendo executada segundo a Lei nº 6.830/80.
- 17.5- A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do compromisso assumido, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o prévio direito da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estado, DF e Municípios, pelo prazo de até cinco anos, e será descredenciado do SICAF, sem prejuízo das

multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais (Art. 7º da Lei 10.50/02, Art. 28, *caput*, do Decreto 5.450/05).

17.5.1- As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF (Art. 7º da Lei 10.50/02, Art. 28, § 1º, do Decreto 5.450/05).

## 18. DO DIREITO DE PETIÇÃO

18.1- Dos atos da Administração cabem:

I. Recurso, no prazo de 5(cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, nos casos de:

a) Anulação ou revogação da licitação;

b) Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

II. Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do compromisso assumido, de que não caiba recurso hierárquico.

18.2- A intimação dos atos referidos no inciso I, alínea "a" acima, excluídos os relativos à advertência e multa, será feita mediante publicação no Diário Oficial da União (art. 109, § 1º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02).

18.3- A autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, poderá atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva (art. 109, §2º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 23/08/01).

18.4- Os recursos deverão ser entregues, contra recibo, **na Gerência de Compras e de Serviços Gerais, localizada na Rua Sete de Setembro, 111, 28º andar, CEP 20050-901 – Rio de Janeiro – RJ**, devendo ser dirigidos à autoridade superior, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido e, sob pena de preclusão, interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato (art. 109, inciso I, alínea “b” da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02).

18.4-1. Interposto o recurso, a autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade superior, devidamente informada, devendo neste caso a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade (art.109, § 4º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02).

- 18.5- Interposto o recurso por uma das licitantes, o fato será comunicado às demais que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da ciência (art. 109, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02).

## **19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 19.1- A relação da ADJUDICATÁRIA com a CVM restringe-se ao alcance do objeto licitado, não implicando qualquer relação de subordinação hierárquica.
- 19.2- A CVM poderá, a seu critério exclusivo, de acordo com o artigo 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93, reduzir ou aumentar a quantidade do objeto licitado desde que não ultrapasse a 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado da Nota de Empenho (art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02).
- 19.3- O Superintendente Administrativo-Financeiro da CVM poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, mediante parecer por escrito e devidamente fundamentado (Art. 18 do Decreto nº 3.555/00 c/c Art. 14 do Decreto nº 3.697/00, Art. 29 do Decreto nº 5.450/05).
- 19.4- Caso constatada ilegalidade no procedimento, o Superintendente Administrativo-Financeiro da CVM deverá anular a licitação, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer por escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às licitantes o direito a qualquer reclamação ou indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do compromisso assumido (art. 18 do Decreto nº 3.555/00, Art. 29, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 5.450/05).
- 19.5- No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa (art. 49, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).
- 19.6- O pregoeiro poderá desclassificar proponentes por ato fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento e que desabonem a sua idoneidade financeira, capacidade técnica ou administrativa (art. 43, § 5º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02).

- 19.7- Após o envio da documentação não serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou retificações aos documentos e às propostas, salvo quando se tratar:
- (a) de simples omissão não conflitante com os termos do Edital e com a lisura da competição;
  - (b) juntada de documentos decorrente de diligências promovidas pela CVM, conforme disposto no subitem 19.8.
- 19.8- É facultado ao pregoeiro, em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo licitatório, inclusive solicitar ao licitante vencedor a apresentação de amostras, protótipos, manuais, de forma a verificar a ocorrência de ajustes dimensionais, sem que se descaracterize o objeto licitatório (art. 43, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).
- 19.9- Na apresentação das propostas, simples omissão ou irregularidades irrelevantes, sanáveis ou desprezíveis, poderão ser relevadas a exclusivo critério do Pregoeiro, desde que não causem prejuízos à Administração.
- 19.10- A apresentação da proposta implica, tacitamente, inteira submissão às condições estabelecidas na legislação pertinente, aos termos deste Edital, bem como aos regulamentos administrativos e normas gerais e especiais aplicáveis.
- 19.11- As dúvidas quanto à interpretação dos termos do presente Edital deverão ser encaminhadas e apontadas à CVM, através do respectivo pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do endereço eletrônico [pregoeiro@cvm.gov.br](mailto:pregoeiro@cvm.gov.br), até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública (Art. 19, do Decreto 5.450/05).
- 19.12- Qualquer modificação no Edital será divulgado no mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas (Art. 20, do Decreto 5.450/05).
- 19.13- Na contagem dos prazos estabelecidos nesta licitação, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento (art. 110 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).
- 19.14- Havendo indícios de conluio entre as licitantes, a CVM comunicará os fatos apurados à Secretaria Nacional de Direito Econômico do Ministério da Justiça (ou a quem de direito) para a adoção das medidas cabíveis.
- 19.15- Havendo indícios ou evidências materiais de práticas licitatórias criminosas, a CVM noticiará o Ministério Público Federal.



- 19.16- Para dirimir as questões decorrentes do ajuste resultante desta licitação, será eleito o Foro Federal da cidade do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja (art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02).
- 19.17- Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente, e em conformidade com as demais normas que regem a matéria.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2008.

MARCIO DE BARROS MAIA  
*Gerente de Compras e de Serviços Gerais*

**ANEXO I**  
**PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2008-10035**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/08**  
**TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE ITENS DE ALMOXARIFADO**

Item	Especificação	Unidade de medida	Quant SP	Quant RJ	Valor Global Estimado
01	Apontador para lápis, um furo de metal	unidade	30	100	<b>R\$ 108,46</b>
02	Barbante de algodão, cru 250g. em rolo contendo 147m, ordem 10, com 10 fios 100% de excelente qualidade.	rolo	20	100	<b>R\$ 398,40</b>
03	Bloco ¼ pautado formato 155x205mm, 50 folhas internas papel 56g/m², na cor branca	Bloco	-	300	<b>R\$ 253,65</b>
04	Bloco pautado formato 210x297mm, A4, 50 folhas internas papel 56g/m², na cor branca	Bloco	75	300	<b>R\$ 566,25</b>
05	Borracha branca 30x20x6 nº40, caixa contendo 40 unidades.	caixa	2	4	<b>R\$ 138,30</b>
06	Borracha branca desenhoTK plast, caixa com 24 unidades .	caixa	2	2	<b>R\$ 119,37</b>
07	Borracha para lápis e tinta bicolor, caixa contendo 40 unidades.	caixa	3	3	<b>R\$ 74,94</b>
08	Caixa para arquivo, na cor branca, desmontável, medindo 25x36x13,5cm, com dois papelões Kraft (um papelão ondulado entre os dois) 480 g/m². As caixas deverão seguir o modelo utilizado pela Gerência de Documentação. Fornecemos modelo para o ganhador.	Caixa	1500	4000	<b>R\$ 11.722,33</b>
09	Caixa de expediente, papelreira simples (entrada) em acrílico na cor fumê.	unidade	-	50	<b>R\$ 543,50</b>
10	Caixa de expediente, papelreira dupla (entrada e saída) em acrílico na cor fume.	unidade	-	50	<b>R\$ 955,75</b>
11	Caixa porta papel lembrete em acrílico inteiro, sem peças coladas.	unidade	10	20	<b>R\$ 156,30</b>
12	Caneta esferográfica, cor azul, tampa ventilada, ponta média com esfera de tungstênio, corpo transparente.	unidade	300	2000	<b>R\$ 2.914,56</b>
13	Caneta esferográfica cor preta tampa ventilada, ponta média, com esfera de tungstênio corpo transparente.	unidade	100	200	<b>R\$ 380,16</b>
14	Caneta esferográfica cor vermelha, tampa ventilada, ponta média, com esfera de tungstênio, corpo transparente, de excelente qualidade, embalados em caixa com 50 unidades.	unidade	50	500	<b>R\$ 696,96</b>
15	Caneta marca texto, amarela, 2 medidas de traço, 1mm para sublinhar e 3,6 para destacar. Validade mínima de 1 ano na entrega.	unidade	120	480	<b>R\$ 2.439,67</b>
16	Capa para encadernação em PVC, formato A4, na cor azul transparente, embalagem com 100 unidades.	cento	2	50	<b>R\$ 1.718,08</b>
17	Capa para encadernação em PVC, formato A4, na cor cristal transparente, embalagem com 100 unidades.	cento	2	200	<b>R\$ 6.674,08</b>
18	Capa para encadernação em PVC, formato ofício, na cor cristal transparente, embalagem com 100 unidades.	cento	15	100	<b>R\$ 3.799,60</b>
19	Cinta de borracha nº 18, de borracha natural, caixa com 25gr.	caixa	50	1000	<b>R\$ 519,75</b>
20	Clips niquelados , nº 2/0, de excelente qualidade, caixa contendo 100 unidades.	caixa	75	500	<b>R\$ 2.210,88</b>
21	Clips niquelados , nº 3/0, de excelente qualidade, caixa contendo 50 unidades.	caixa	50	500	<b>R\$ 2.048,75</b>
22	Cola em bastão, sem solventes, PVC, não tóxica e lavável,	unidade	50	240	<b>R\$ 1.129,74</b>

	contendo no mínimo 20g.				
23	Cola plástica branca em tubos com no mínimo 40g. de qualidade	unidade	50	300	<b>R\$ 260,65</b>
24	Corretivo em fita dispositivo roller, formato anatômico, base de poliacrilato, de excelente qualidade.	unidade	-	200	<b>R\$ 1.582,00</b>
25	Extrator de grampos, tipo espátula, em aço inoxidável, não galvanizado, tamanho padrão.	unidade	85	100	<b>R\$ 618,83</b>
26	Fita adesiva crepe para embalagem, rolo 50mmx50m.	unidade	80	300	<b>R\$ 2.689,13</b>
27	Fita adesiva para embalagem, transparente, rolo de 50mmx50m.	unidade	80	300	<b>R\$ 1.233,42</b>
28	Fita adesiva transparente de mesa, rolo medindo 12mmx30m, de excelente qualidade.	unidade	40	300	<b>R\$ 339,66</b>
29	Grampeador de mesa médio, utilizando grampo 26/6, estrutura em metal, com capacidade para grampear até 30fls de papel A4 75g.	unidade	65	100	<b>R\$ 2.469,50</b>
30	Grampeador Super, com capacidade para grampear até 240 folhas, com estrutura metálica de alta resistência.	unidade	6	10	<b>R\$ 1.238,03</b>
31	Grampo para grampeador GB 23/10, com fio de aço, caixa com 1.000 grampos.	caixa	15	120	<b>R\$ 357,62</b>
32	Grampo para grampeador 26/6, niquelado, caixa com 5.000 grampos.	caixa	30	500	<b>R\$ 1.870,90</b>
33	Guia divisória em cartolina amarela, 8 projeções, com 4 furos	Unidade	60	200	<b>R\$ 1.914,90</b>
34	Lápis para escrita "B", caixa contendo 144 unidades, apontados.	caixa	1	8	<b>R\$ 818,43</b>
35	Liquido corretivo, a base de água, secagem rápida, frasco contendo 18ml, caixa com 12 unidades, validade de um ano, de excelente qualidade.	caixa	2	10	<b>R\$ 200,92</b>
36	Livro de protocolo ¼, com 100 folhas, vertical.	unidade	5	200	<b>R\$ 848,43</b>
37	Papel para copiadora, formato A4, 75gm2, fibra longitudinal, embalado em caixas com 10 resmas.	Resmas	600	4000	<b>R\$ 45.455,67</b>
38	Papel lembrete 75 x 105mm, gramatura mínima 63g/m², embalados em caixa de papelão com 1.000 folhas.	caixa	60	1000	<b>R\$ 3.812,47</b>
39	Papel lembrete, tipo post-it, com adesivo autocolante em uma das extremidades, medindo aproximadamente 4,00 x 5,00 cm na cor amarela, acondicionados em pacotes com 100 folhas adesivas.	unidade	200	100	<b>R\$ 1.433,00</b>
40	Papel lembrete, tipo post-it, com adesivo autocolante em uma das extremidades, medindo aproximadamente 7,5 x 10,00 cm na cor amarela, acondicionados em pacote com 100 folhas adesivas.	Unidade	200	-	<b>R\$ 842,00</b>
41	Papel para embrulho na cor parda, 80g/m2, medindo 76x112cm, de excelente qualidade.	folha	500	500	<b>R\$ 239,43</b>
42	Pasta AZ ou registrador AZ, com ferragem niquelada e visor transparente, etiqueta dupla face, cor preto.	unidade	50	-	<b>R\$ 319,33</b>
43	Pasta de papelão com abas e elástico, cor azul.	unidade	50	50	<b>R\$ 73,93</b>
44	Pasta de cartolina cor cinza com ferragem interna, formato 240x350mm, 240g/m², perfurada na margem esquerda, com 3 vincos, lombada sanfonada, furo duplo. Fornecemos modelo para o ganhador.	Unidade	800	2000	<b>R\$ 4.178,53</b>
45	Pasta de cartolina plastificada sem ferragem interna, cor amarela palha, medindo aproximadamente 23x 33cm.	unidade	20	500	<b>R\$ 413,40</b>
46	Pasta de cartolina plastificada sem ferragem interna, cor azul escuro, medindo aproximadamente 23x 33cm.	unidade	20	500	<b>R\$ 413,40</b>
47	Pasta protetora para documentos, com solda "L", cor cristal..	unidade	200	2000	<b>R\$ 1.152,80</b>
48	Pasta suspensa confeccionada em cartão marmorizado, na cor marron, com visor transparente e ponteiros de plástico, incluindo o grampo plastico injetado (trilho encadernador) em polipropileno.	unidade	2500	2000	<b>R\$ 6.216,30</b>

49	Pasta tubo 2070 (lombada grande), em papelão revestido em PVC na cor azul-rei, com ferragem interna. Fornecer amostra.	unidade	100	200	R\$ 3.501,75
50	Pasta tubo 2075 (lombada pequena), em papelão revestido em PVC na cor azul-rei, com ferragem interna. Fornecer amostra.	Unidade	50	100	R\$ 1.912,50
51	Perfurador de papéis de mesa, estrutura em ferro, com capacidade para perfurar até 50 folhas.	unidade	10	100	R\$ 3.527,33
52	Porta fita adesiva em plástico, de mesa, tamanho pequeno.	unidade	20	50	R\$ 550,90
53	Porta lapis, clips, papel lembrete em acrílico cristal, peça única.	unidade	50	90	R\$ 1.627,50
54	Porta revista, em papelão revestido em PVC, na cor azul, medindo 29cm de altura por 9cm de largura, por 26cm profundidade, demonstrável.	Unidade	-	100	R\$ 877,00
55	Reforço transparente auto-adesivo, medindo 14,5 mm, embalagem com 200 unidades.	caixa	5	5	R\$ 25,65
56	Régua milimetrada em acrílico, medindo 30 cm.	unidade	50	100	R\$ 514,50
57	Saco plástico grosso, formato ofício, 4 furos, embalados em caixas contendo 400 unidades.	caixa	6	10	R\$ 798,35
58	Tesoura em aço inox, com cabo em plástico medindo aproximadamente 15cm, de excelente qualidade.	unidade	20	40	R\$ 1.103,40
59	Quadro magnético 90 x 60 branco, tela em laminado melamínico, chapa metálica e dura e de alta densidade, com moldura em alumínio	unidade	3	-	R\$ 123,22
60	Quadro em cortiça 90x x 60, moldura em alumínio	unidade	3	-	R\$ 71,97
				<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 135.196,23</b>

**Atenção: Os materiais cotados deverão obedecer rigorosamente às exigências constantes neste ANEXO I e demais itens deste Edital.**

**Os materiais deverão ser NOVOS, não sendo aceitos, por exemplo, materiais reciclados ou remanufaturados.**

**O prazo de validade mínima é o tempo mínimo para vencimento da validade do produto contado a partir da data do recebimento definitivo. N/A é indeterminado.**

**Os itens 37, 49 e 50 necessitam de amostra que deverão ser entregue na Rua Sete de Setembro, 111 – 25º andar – Rio de Janeiro-RJ.**

**Prazo de entrega:** 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento da Nota de Empenho.

**Local de Entrega:**

Local	Endereço
SP	Rua Cincinato Braga, 340, 2º andar, Edifício Delta Plaza, CEP 01333-010, São Paulo – SP.
RJ	Rua Sete de Setembro 111, 25º andar, CEP 20050-901, Centro, Rio de Janeiro – RJ.

**ANEXO II**  
**PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2008-10035**  
**PREGÃO ELETRÔNICO 031/08**

**DECLARAÇÃO**

Declaro, para todos os fins legais, que não tenho em meus quadros menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, perigoso ou insalubre; ou menores de 16 (dezesesseis) anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme preceitua o art. 7º, inciso XXXIII da Constituição da República Federativa do Brasil.

**Rio de Janeiro,            de            de 2008.**

---

**Carimbo e assinatura do representante legal da licitante**

---

**Razão Social da licitante e CNPJ**